

Exmo. Sr. Presidente da AM e restante mesa,

Exmos. Srs. Membros da AM, um cumprimento especial ao anfitrião O Sr. Presidente de Junta de Alfena

Exma. Câmara,

Caros Municípes, e também um cumprimento especial aos Alfenenses

a todos uma Boa noite,

Começo esta minha intervenção, e agora que findou Abril - mês de liberdade mas também mês do pagamento de IMI, a colocar uma questão a todos os presentes: pagaram o vosso IMI deste ano, ou parte dele se for o caso? Tiveram a oportunidade de o comparar com o valor pago o ano passado? E o que têm a dizer sobre isso?

Não é preciso responder, porque todos nós, os que fomos contra, e somos muitos, e os que votaram a favor, que são mais, sabemos qual será a vossa resposta. Sabemos que ninguém fica indiferente a este brutal aumento, que não foi de 5%, que não foi de 10% - mas sim de 15%. O Sr. Presidente da CMV diz que a receita per/capita em Valongo está aquém dos outros concelhos e que não se faz omeletes sem ovos! Quem o viu e quem o vê! Quem se lembra do PS de 2013? O tal que ia baixar impostos, e baixou – baixou, na altura, o IMI em 1% - o que dirá deste novo PS, que se apanhou com maioria absoluta, e agora sobe o mesmo imposto em 15%.

É muito, não é? Mas não é tudo pois como dizia o outro, ninguém pára o PS. E por isso convém lembrar, os brindes que os Valonguenses já receberam nestes primeiros 6 meses de mandato: Sim porque ao aumento do IMI, o PS/Valongo juntou:

- **Juntou o aumento da taxa de Derrama** – “à é um imposto sobre os lucros” diz o Presidente da CMV – sim, mas a discriminação que havia era positiva era para os pequenos comerciantes, por exemplos os que foram atingidos pela sua incompetência nas obras da ponte de Reguengo;

- **Juntou o aumento dos lugares de estacionamento pagos em Ermesinde (mais 30 lugares)** – “herdei o contrato” diz o presidente da CMV - pois, mas, por exemplo, em Braga a camara rasgou o contrato, mas aqui dá jeito dizer que herdou e depois servir-se dele!

- **Juntou uma fiscalização obsessiva por parte da Parques VE, quanto à qual a Câmara nada faz;** “herdei o contrato” volta a dizer o Presidente da CMV – é caso para perguntar: para que serviu o aditamento ao contrato para além de acarinhar a possibilidade de instalação de um no hipermercado no centro de Valongo?

- **Juntou tributações em sede de IRS pela taxa máxima** – “sempre foi assim” diz o presidente da CMV – pois foi, também foi assim em Gondomar, Santo Tirso e Paredes – câmaras socialistas que agora têm taxas reduzidas);

- **Juntou o atual estado das ruas e passeios que estão em constante degradação** – “o cenário anterior não era bom” diz o presidente da CMV – pois, mas agora é bem pior, naturalmente falo sobretudo das zonas onde não chega o PEDU;

- **Juntou a expropriação do Estádio dos Sonhos, que vai custar 10 vezes mais que o previsto** - e diz o SR. Presidente da CMV “antes nem sequer havia contrato” – pois, mas agora em vez de 150 mil euros vamos pagar mais de 1,5 milhões, ou seja, mais 300 mil euros que o acordo que PSD possuía e que tinha o aval do PS nesta camara;

- **Juntou o maior aumento da história deste concelho da tarifa da água** - criticado pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a que se somam os novos escalões no saneamento. A título de exemplo, as associações, as IPSSs, a Junta de Freguesia de Alfena e o outras juntas verão a tarifa da água duplicar – e sobre esta matéria dirão alguns munícipes mais atentos: mas esses aumentos ainda não entraram em vigor? Pois não, chegarão brevemente – só ainda não chegaram porque o Sr. Presidente, de forma calculista, temos que reconhecer, evitou que o seu impacto aparecesse juntamente com o já falado aumento do IMI. E diz o Presidente da Câmara “foi o tribunal de contas que sugeriu que a concessionária pagasse uma renda” – pois, mas quem vai pagar a renda não é a concessionária, são os valonguenses. E para que será esse dinheiro? Será para criar um fundo para se resgatar a concessão mais cedo? Não, porque isso era ideológico, e o Sr. Presidente quer lá saber da ideologia, ele nem sequer foi contra à concessão! O dinheiro será para continuar a gastar nas festas e festinhas que o Sr. Presidente tanto gosta;

Todos estes aumentos têm um denominador comum – são consequência desta maioria socialista que temos na câmara e que nesta assembleia reforça a sua posição com os votos favoráveis dos Sr.s Presidentes de Junta eleitos pelo PS, numa questionável estratégia partidária que ignora, por ventura, o interesse geral das populações.

Convém lembrar que os membros do PS nesta Assembleia justificaram os aumentos com uma série de medidas, algumas delas positivas e até importantes, mas esqueceram-se de falar de muita coisa, por exemplo:

- **Não falaram da falta de um pavilhão municipal em Alfena nem da necessidade de remodelar a piscina de Alfena** – pelos vistos não é prioridade;

- **Não falaram da necessidade uma nova sede para a Junta de Freguesia em Alfena** – brincam com o dinheiro que não é deles – o ano passado acordaram um apoio de 100.000€ com a oposição e simplesmente não cumpriram – o Sr. Presidente já sabia que não o ia fazer – está motivado para isso;

- **Não falaram da constante falta de disponibilidade da Câmara Municipal em ceder instalações disponíveis** e não utilizadas, pelo menos na sua totalidade, à Junta de Freguesia de Alfena, numa atitude, incompreensível, dado que menospreza e ignora o trabalho desta freguesia em prol dos seus fregueses – temos um presidente de câmara que é a favor da descentralização, disse-o na semana passada, mas pelos vistos a sua defesa é qb: descentralizar de Lisboa para Valongo é bom, mas de Valongo para Alfena é vamos ver;

- **Não falaram da candidatura à Unesco das Bugiadas e Mouriscadas** - parece que está esquecida, eu só fico descansado por que o Sr. presidente da Casa do Bugio é membro eleito pelo PS nesta Assembleia e deve, com certeza, estar a par dos trabalhos realizados, entretanto;

- **Não falaram dos Balneários do Campo Municipal de Sobrado** – Não interessa – já foi inaugurado;

- **Não falaram da nova piscina de Campo e Sobrado** que deixou de ser uma prioridade – mais uma vez brincaram com este investimento em 2017;

- **Não falaram da Zona Industrial de Campo** que está ao abandono – e nem a existência do GMIME, gabinete criado pelo Sr. Presidente da CMV para captar investimento foi factor motivador para o seu desenvolvimento. Sobre o GMIMI convém lembrar que a CDU pediu contas sobre o seu trabalho e ainda não recebemos nada – até agora sabe-se apenas que pediram patrocínios para EXPOPVAL e organizaram a mesma, certame que em 2017, ano de eleições teve um saldo negativo de 120.000€

- **Não falaram dos espaços culturais que não sofrem manutenção e são geridos para estarem fechados** - tomo como exemplo o Centro Cultural de Campo, que praticamente não tem actividade - este equipamento é solicitado pela comunidade escolar desde sempre, mas o Sr. Presidente prefere-o fechado; outro exemplo é a da Sala das Artes, em Valongo, que está num estado lastimável – em 2017, aquando da introdução do saldo de gerência de 2016, propusemos a instalação de um elevador, que servisse a Sala das Arte e o Auditório António Macedo e até ao momento nada.

Pois bem, estas e outras medidas, possivelmente por serem propostas ou defendidas pela oposição são ignoradas pelo Sr. Presidente da Câmara, que como sabemos

prefere gastar o dinheiro nos contractos de comunicação, nos vídeos do JN, e nos ajustes directos que todos conhecemos, ou melhor, conhecemos mal - dado que a falta de documentos disponíveis no base.gov é uma constante.

E, não venham falar do passado, porque o passado é aquele que nós quisermos. Antes do PSD não havia saneamento, não havia água em Ermesinde, não havia uma sala de espectáculos pública no concelho, não havia pré-escolar, não havia Plano de Acção sénior, etc, etc, etc. Mas o passado vale o que vale, ou seja, não vale nada!

As pessoas querem saber do presente! As pessoas avaliam o presente! Nunca esqueçamos: aqueles que quiserem continuar a justificar as suas decisões com os factos do passado comprometem o futuro. Senhor Presidente da Câmara, falo para si porque, atualmente, o PS/Valongo, por sua iniciativa, resume-se aa si próprio: fic-lhe mal continuar a justificar as suas decisões com o passado, sobretudo, quando essas decisões continuam a comprometer o futuro.

Para terminar, e porque não o podia deixar de fazer, gostava de felicitar o Município de Valongo pelo seu 42.º lugar no Índice de Transparência Municipal. Efectivamente, descemos 34 posições, do 8.º lugar de 2017 para o 42.º lugar deste ano, e já não somos o município mais transparente da área metropolitana do Porto – aliás, nunca fomos!

Mas, estamos à mesma de parabéns! Estamos de parabéns, porque o Sr. Presidente percebeu, e mais vale tarde do que nunca, que este índice que mede a informação disponibilizada nos sites dos municípios, não é, nem nunca será, a grande bandeira da transparência.

Efetivamente, não vale a pena bajular um determinado lugar no Índice da Transparência Municipal se depois, de forma reiterada, continuamos a sonegar informação a esta Assembleia, não respondendo em tempo útil aos requerimentos apresentados ou respondendo no último dia, com respostas absolutamente vazias e questionáveis do ponto de vista democrático.

Uma vez mais, Sr. Presidente, os meus parabéns. Parabéns, porque este ano não gastou dinheiro múpis, páginas de jornais, flyers, nem uma simples mensagem no Facebook, etc. Tem os meus parabéns Sr. Presidente, porque este ano não caiu na tentação de gastar dinheiro a enganar os Valonguenses quanto à auto-proclamada transparência, e isso é francamente positivo.

Por fim Sr. Presidente, e agora é mesmo para terminar, tenho um requerimento para apresentar à Câmara, via mesa, que tem a ver com uma suposta indemnização que a Câmara, ou melhor, o Sr. Presidente da Câmara, pagou à junta de Freguesia de

Valongo em 2017. Nas contas da Junta de Freguesia de Valongo, diz que o valor pago, no montante de 71.179,93€, é referente aos danos causados pela remoção de umas barracas que existiram no antigo Largo de Centenário. Efetivamente, não consigo, pelo menos à luz da suposta transparência, compreender este processo. Eu nunca ouvi falar de tal pedido de indemnização, eu nunca ouvi falar de nenhuma reclamação, nem do antigo presidente da junta nem do atual e fico surpreendido que se tenha pago esse valor sem que o mesmo tenha sido discutido em reunião e câmara. Mais uma vez usa-se a maioria absoluta para se fazer o que se quer: paga-se contas sem prestar contas! Não estou com isto a dizer que há ou não há lugar a indemnização, estou apenas a dizer que desconheço o processo e não é porque não quis saber é porque o processo foi escondido dos órgãos autárquicos. Assim sendo apresento o presente requerimento a solicitar cópia do processo administrativo, que possivelmente tem documentos desde 2004 até 2017, e que resultou neste pagamento.

Sr. presidente, mais importante que os Rankings da transparência é mesmo a transparência dos nossos atos.

Tenho dito!



Doc. 2

Requerimento Nº 7/2017-2021 GM PPD/PSD 03-05-2018

O Grupo Municipal do PPD/PSD vem por este meio requerer à Câmara Municipal, através da mesa, que nos seja facultado cópia do processo administrativo que tem por base o pagamento de 71.179,93€ à Junta de Freguesia de Valongo referente a suposta indemnização relativa aos danos causados pelo Município aquando da remoção das barracas do antigo Largo do Centenário, há cerca de 15 anos.

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD

(Hélio Fernando da Silva Rebelo)



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Novo Centro de Saúde de Alfena

A construção de um novo Centro de Saúde em Alfena é uma velha aspiração da população e uma necessidade imperativa para a modernização dos equipamentos de saúde do Concelho em geral e de Alfena em particular.

Trata-se de uma promessa tantas vezes adiada mas nunca concretizada.

Uma promessa que atravessou vários executivos, que serviu para muitos propósitos, mas que nunca aconteceu.

A 4 de maio de 2006 era anunciado o início da construção do novo Centro de Saúde para o verão desse ano. Apesar dos propósitos generosos a obra foi sucessivamente adiada. É verdade que muitos nunca desistiram, mas é também verdade que muitos se cansaram das promessas que se esfumaram no tempo.

A concretização do início do processo, agora no terreno, só foi possível graças à família que cedeu o terreno à autarquia, graças ao envolvimento de todos os autarcas, ^{agência do Fozzelo sic do PSD} graças ao atual governo que cumpriu para com os Alfenenses.

Será um investimento avultado para Alfena, na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros (1.372.490,06€), participado por fundos provenientes do Programa 2020.

Com esta obra, que agora se inicia, estão de parabéns os que acreditaram que a população de Alfena não estaria condenada a ter um Centro de Saúde de condições exíguas de atendimento, sem salubridade e dignidade para profissionais e utentes.



Grupo Municipal do Partido Socialista

Felizmente que temos hoje um tempo novo.

Os cuidados de saúde primários são uma nova realidade, com novas valências e com um número crescente de portugueses a terem o seu médico de família.

Todos sabemos que o início de uma obra, não se encerra em si mesmo e estaremos todos vigilantes da sua boa execução, que para bem da população deverá estar concluída e acessível para todos no final do primeiro trimestre de 2019.

Em Alfena, temos hoje em marcha a realização de um sonho, mas mais do que isso, um sentimento de justiça para com esta população.

O Novo Centro de Saúde de Alfena será obra da sua comunidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de abril de 2018, aprova um voto de congratulação pelo arranque das obras do novo Centro de Saúde de Alfena.

O Grupo Municipal do PS



Moção

Doc. 4

A introdução de portagens nas ex-SCUT, em 2010, mais concretamente na A41/A42, constituiu um rude golpe nas condições de vida de todos os valonguenses que, sem alternativa, têm de circular diariamente nestas vias estruturantes.

Decorridos todos estes anos, todos perdemos: perdeu o Estado, perdeu a economia regional, perderam os trabalhadores e a população em geral. Piorou a mobilidade, aumentaram as injustiças, foram criados obstáculos ao crescimento das empresas e do emprego não só em Valongo, como na região envolvente, o que se traduziu no agravamento da situação social e da pobreza.

Tratou-se de um retrocesso que acentuou a crise económica vivida nos últimos anos, em particular no setor produtivo, elemento vital para a soberania e desenvolvimento da região e do país e para a criação de emprego.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 27 de abril de 2018, recomenda ao Governo a abolição da cobrança de taxas de portagem na A41/A42.

Valongo, 27 de abril de 2018

O grupo municipal da CDU

REQUERIMENTO

Para que a última Revisão Orçamental de 2017 tivesse o acordo da CDU.

Entre várias outras questões, a CDU em reunião com o Presidente da Câmara, colocou como condição a inclusão de uma verba de 100.000 Euros, para início de procedimentos relativos à construção de um novo edifício para a Junta de Freguesia de Alfena.

E o Presidente da Câmara aceitou este compromisso, incluindo nessa Revisão Orçamental, a referida verba de 100.000 Euros.

No Orçamento da Câmara para 2018, não consta a referida verba de 100.000 Euros, que deveria ter transitado do exercício de 2017.

A pergunta feita ao Presidente da Câmara na discussão sobre o não aparecimento da verba de 100.000 Euros destinada a um novo edifício para a Junta de Freguesia de Alfena, o Presidente respondeu que não há processo nenhum de terreno.

A questão que se coloca é a seguinte: Se não há processo nenhum de terreno para sustentar tal verba no Orçamento para 2018, significa que a inclusão de uma verba de 100.00 Euros destinada a um novo edifício da Junta de Freguesia de Alfena na Última Revisão Orçamental de 2017, violou todas as regras a que o município se sente obrigado, porque foi uma verba incluída numa rubrica onde não existia processo para tal.

Face a esta grande contradição do Sr Presidente da Câmara e para um cabal esclarecimento da situação, requeremos:

Que nos seja esclarecido por escrito, o porquê da inscrição de uma verba de 100.000 Euros na última revisão Orçamental de 2017; inscrição de verba essa, que o Sr Presidente da Câmara com as suas explicações em 2018, deixa no ar a suspeição de que teria sido ilegal.

Valongo, 27/04/2018

CDU VALONGO

Na sequência da recente imposição ~~recente~~ aos trabalhadores das oficinas da CMV de um novo horário de trabalho e da existência de um abaixo assinado subscrito pela grande maioria dos trabalhadores no qual é evidenciado o descontentamento generalizado, o grupo municipal da CDU vem questionar o Sr. Presidente José Manuel Ribeiro sobre as razões que estão na origem desta mudança, imposta e não negociada, com reflexos não só na vida pessoal de cada um, bem como na dinâmica do trabalho diário destes trabalhadores e na utilização dos recursos da própria Câmara.

Trata-se de uma mudança para um horário não contínuo que assume implicações na organização da vida pessoal e familiar dos trabalhadores e que nos parece que claramente terá implicações em matéria de custos para a própria autarquia.

Não temos dúvidas que a pausa agora imposta no período de almoço implica um maior dispêndio de energia e recursos na arrumação dos equipamentos pré-almoço e conseqüente utilização posterior ao período de almoço, nos gastos com combustível para arrumação e reutilização dos equipamentos e na desmotivação dos trabalhadores. Acresce a este cenário que a cantina camarária nem sequer tem as condições de espaço adequadas para que todos os trabalhadores possam almoçar em simultâneo.

Acreditamos, tal como acreditam estes trabalhadores, que as autarquias devem procurar sempre prestar um bom serviço público, assente em lógicas eficientes de gestão pública dos recursos, humanos e físicos, e que este tipo de mudanças, sem lugar à audição prévia dos trabalhadores e das suas preocupações, apenas contribui para uma má imagem dos serviços públicos que serve muitas vezes como base para a privatização dos mesmos, que esperamos que não seja o objetivo do Sr. Presidente e do PS.

Valongo, 27 de abril de 2018

O grupo municipal da CDU



REQUERIMENTO

O Estádio de Campo recebeu nos últimos tempos obras de beneficiação.

Mais recentemente e já no ano de 2018, foi construída parcialmente numa das laterais, (ao longo de cerca de metade do campo) uma cobertura destinada a melhorar a comodidade dos espectadores, iniciativa recomendada pela CDU, para o Plano de Actividades de 2018, da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Campo e Sobrado.

Para um melhor acompanhamento dos investimentos feitos e a fazer, requeremos:

Que nos seja informado a quem coube o investimento financeiro dessa obra, uma vez que o Estádio é propriedade da Câmara e da Junta de Freguesia, em partes iguais.

Valongo, 27/04/2018

CDU VALONGO

EM NOME DA TRANSPARÊNCIA

Shr. Presidente da Câmara vamos falar de transparência.

Escola Secundária de Ermesinde:

Em 2017 foi afectado determinado valor para a realização de obras de restauração na ESE.

Do valor anunciado de 4 milhões de Euros, foi por proposta da CDU, retirado o valor de 100 mil euros para permitir a abertura de rubrica para inicio de estudos na Escola Básica Vallis Longus, uma vez que nenhuma verba estava salvaguardada para esta Escola.

Por tal motivo, desde então, deixou de existir justificação para poder apelar ao espirito da solidariedade. Tal já tinha tido merecido tal atenção pela nossa parte.

A presença recente do Shr. Ministro da Educação em Ermesinde deu origem a uma visita à ESE.

Independentemente da forma de como decorreu tal visita e a da responsabilidade que deva ser assumida por quem expôs o Snhr. Ministro a situações, no mínimo embaraçosas...

Perguntamos;

Qual a realidade do valor retirado do Orçamento inicial para as obras na ESE?

Quais as obras projectadas e não cumpridas na ESE ?

Quais as alterações verificadas ao projecto inicial ?

Qual a participação dos responsáveis escolares da ESSE na elaboração do projecto e na execução da obra?

Qual a justificação da ida, com todo o direito, naturalmente, para uma visita relâmpago e atribulada à ESE?

Quais as perspectivas de indicação de mais valor (euros) para a continuidade das meias obras atuais, que, segundo ainda ontem foi indicado na AF de Ermesinde, somente apalavrou possíveis verbas do 2020 ?

CDU – Coligação Democrática Unitária - Valongo

Doc. 9

Mercado Oitocentista 2018

Recentemente foram abertas inscrições para a participação no Mercado Oitocentista que se realizará de 30 de maio a 3 de Junho.

Damos desde já os parabéns à Câmara Municipal pela dinamização e divulgação dos valores do Concelho de Valongo, aliás, tendo recebido o apoio do então Vereador Adriano Ribeiro para que tal fosse possível. E se damos os parabéns à Câmara Municipal pela aposta, gostaríamos de colocar algumas questões;

Recebemos uma comunicação do GDR Retorta, no qual é anunciada a sua exclusão do próximo Mercado Oitocentista.

Perante várias questões argumentadas por esta Associação, que vão da evidência da sua disponibilidade desde a primeira hora em colaborar com a CMV, os investimentos realizados para uma presença digna, o envolvimento de associados, a expectativa de obtenção de fundos para as obras assumidas nas suas instalações, e muitos outros etc.,

Perante a possibilidade de a CMV ter explicações razoáveis e justas para este tratamento, de exclusão de alguém, neste caso, de uma só Associação em detrimento de outra,

Perguntamos;

-Quantas respostas de candidaturas, (em concreto de Associações), foram apresentadas até à data, sabendo-se que as inscrições terminam até 30 de Abril (segunda-feira) pelos interessados em participar nas mais variadas vertentes?

-Quais os tratamentos, provavelmente privilegiados, e porque não, merecedores, para entidades, empresas, colectividades associativas, e outros sediados em Valongo, que colaboraram e apostaram de início neste caminho oitocentista?

-É sabido que a CMV investiu muito neste Mercado. Certo?

-E ao investir, pensou na sua projecção para o futuro da continuidade de uma iniciativa desta envergadura. É de direito, é natural. Certo?

-E provavelmente sabem que necessitaram que mais alguém apostasse nesse futuro, criando estruturas, definindo meios, mobilizando várias colaborações, neste caso, desinteressadas, porque se trata de gente que executa trabalho voluntário com um fim destinado. E conhecido de todos. Certo?

-Qual foi a dificuldade em conseguir um “espaçosinho” para instalar uma outra Associação, ou outra e outra? Qual a dificuldade? O que é que ficaria a perder este Mercado Oitocentista com o envolvimento de mais Associações?

Defendendo eu próprio, por razões conhecidas do meu envolvimento associativo, uma atitude de rotatividade na participação, no que a este tipo de envolvimento diz respeito, e à participação das Coletividades em particular, gostaria de saber, qual a sensibilidade, já nem pergunto razões, que o shr. Presidente da Câmara teve para com a ADR Retorta ao excluí-la pura e simplesmente de participar?

Não creio que a maioria absoluta dê para tudo. Dar até dá, mas fazemos votos que tal não sirva para a exclusão e uma atitude de divisão do Movimento Popular Associativo no nosso concelho.

Não ganha nada o Concelho nem o Movimento Associativo Popular.

Senhor Presidente da Câmara: Quem tem medo do futuro não se mete em projectos grandes.

Pense bem no caminho por onde vai.

CDU - Valongo

Recomendação da AM

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALFENA – ACESSIBILIDADES

A Escola Secundária de Alfena foi construída em 2002. Assim, ao contrário das restantes escolas secundárias do concelho, é aquela que melhores condições físicas apresenta.

No projeto educativo do agrupamento, cuja escola secundária é escola sede, refere-se que uma das fragilidades do agrupamento é o “Afastamento da Escola sede face à rede de transportes”.

O problema da falta de transportes escolares é apontado pelos professores, alunos e encarregados de educação do agrupamento, como o fator que tem levado a escola a perder alunos para escolas de concelhos vizinhos, para as quais é mais fácil aos alfenenses deslocarem-se.

Para os alunos acederem à Escola Secundária, têm de fazer a pé um longo percurso, com partes bastante isoladas, não sendo um caminho agradável, sobretudo quando feito com uma mochila pesada às costas, ao calor do verão ou à chuva do inverno.

Assim, a AM aqui reunida recomenda à CM que:

Encete esforços, com as empresas de transportes, para que possam servir este estabelecimento de ensino.

Coloque à disposição dos alunos da escola secundária, um autocarro vaivém, que faça o transporte dos alunos do centro para a escola secundária e vice-versa.

Valongo, 27 de abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Recomendação da AM
Parcela de terreno na Rua 1º de Maio

DOC-11

A cedência obrigatória de terrenos aquando do loteamento de terrenos, obriga a que seja especificado a finalidade das parcelas cedidas (artigo 77º do RJUE).

O terreno agora em análise foi loteado em 1979, não tendo especificações concretas, mas é do conhecimento geral que tal foi cedido para uso público e não privado do município. O que implica que tal terreno não esteja disponível para alienação a terceiros, mesmo na forma na modalidade de constituição do direito de superfície.

Os terrenos foram cedidos para instalação de equipamentos gerais, nos quais estão englobados quer áreas verdes, arruamentos, baias de estacionamento, parque infantil ou outro que possa servir o loteamento.

Na reunião da AM do dia 27/09/2016 foi aprovado com o voto favorável da CDU esta alienação de terrenos. Na altura, a informação que nos foi prestada pela CM é que a cedência estava de acordo com a lei e nunca foi referido que tinha dado entrada um abaixo-assinado a 19/07/2016 dos moradores da zona. Moradores, que tal como o Moto Clube de Alfena, também têm de ver os seus direitos e o seu bem-estar protegidos pela CM.

Assim, vimos por este meio, recomendar que a AM recomende à CM de Valongo a analise todo o processo referente a este assunto e estude a possibilidade de uso de um outro terreno que seja pertença da CM e cuja sua vocação esteja de acordo com o pretendido.

Valongo, 27 de abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Doc-12

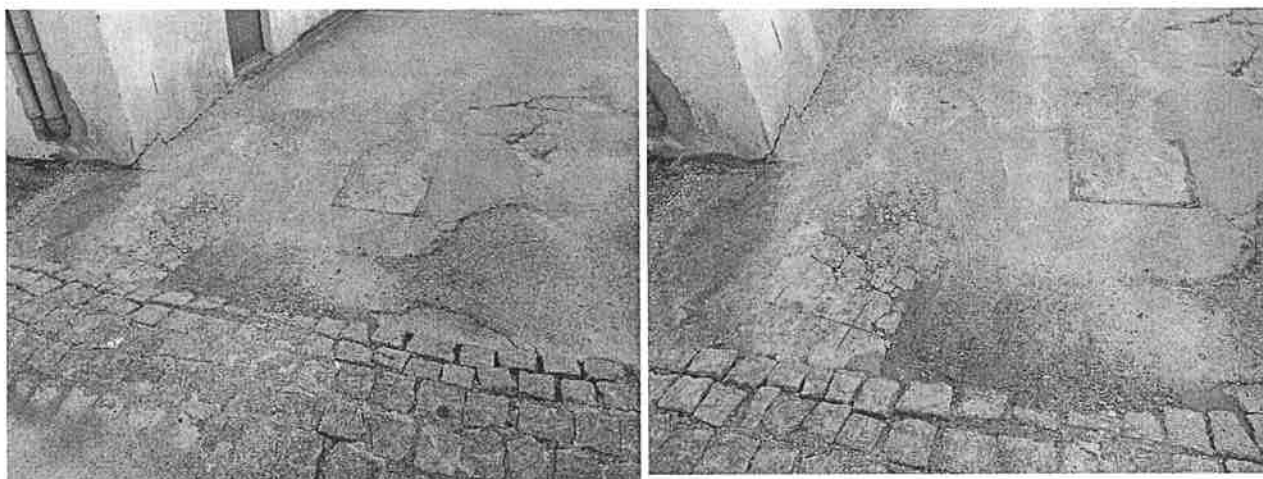
Recomendação da AM **Arranjo urbanístico da Rua 1º Maio**

A passagem pedonal existente na Rua 1º Maio carece rapidamente de uma intervenção. Após uma disputa entre os moradores e o proprietário do lote 10 – lote que faz frente com a passagem - foram colocadas umas lombas que não fazem qualquer sentido dada a largura da via. Na construção dessas lombas foram criados buracos que empoçam em dias de chuva.

Os moradores referiram que tal aconteceu para que fosse encontrado um acordo com o proprietário do lote 10, a CDU acha esta situação no mínimo estranha. Há alguém que esteja acima da lei, pode o proprietário do lote 10 ocupar um caminho pedonal sem que seja multado? É necessário chegar a um acordo para que a via seja desimpedida?

A solução encontrada colocou ainda em piores condições uma zona que já era degradada.

Passagem pedonal



A zona de corta-fogo existente no final da rua encontra-se também num estado deplorável. Urge, que seja limpa e que seja dada alguma dignidade ao espaço.

Zona de Corta-fogo



Valongo, 27 de abril de 2018

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Resquecimento

Venho por este meio agradecer a deliberação votada na AP de 27/09/2016 acerca do cedência do parque de estacionamento no Ruo 32 de Maio.

3 de maio 2016

A Brigada Democrática Unificada



MOÇÃO

A atividade da Recivalongo – Gestão de Resíduos, Lda., sita no Lugar da Cobra, em Sobrado, Valongo, tem originado uma constante insatisfação e protestos por parte da população de Sobrado, na medida em que na zona envolvente se verifica, com muita frequência, a emissão de maus odores, a proliferação de insetos e de gaivotas, o que causa um enorme desconforto e forte apreensão aos residentes.

Apesar da gravidade da situação, os esforços envidados por parte do Município para denunciar esta situação têm-se revelado infrutíferos, verificando-se que as condições de funcionamento do aterro se vão mantendo, sem que se notem melhorias ou, sequer, um acréscimo de fiscalização por parte das autoridades competentes.

O problema reside, sobretudo, no facto desta empresa estar licenciada pela CCDRN, com base numa Licença Ambiental emitida pela APA, para deposição em aterro de 425 tipos de resíduos, onde se incluem resíduos perigosos e não inertes, tais como lamas de tratamento de águas residuais urbanas que, seguramente, estarão na origem destes problemas.

Estamos perante um grave problema Ambiental e de Saúde Pública, com evidentes prejuízos para o território e para a população, mas face ao alargado âmbito da licença, as autoridades



Grupo Municipal do Partido Socialista

competentes, instadas pela Câmara Municipal a atuar, nada têm feito, uma vez que consideram não haver matéria que fundamente o desencadeamento de um processo de natureza sancionatória.

A situação está cada vez pior, o que motiva um desconforto e revolta generalizados por parte da população.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 27 de abril de 2018, propõe-se a aprovação da presente Moção, no sentido da Câmara Municipal reforçar a sua atuação junto da CCDRN, de modo a que sejam tomadas medidas urgentes e adequadas, que garantam a regularização desta situação, designadamente, pugnando por uma revisão das condições da licença emitida no que respeita a resíduos perigosos e não inertes, garantindo-se que os impactos causados pela atividade da Recivalongo sejam resolvidos de forma definitiva, devolvendo-se as necessárias condições mínimas de conforto e segurança à zona e à sua população.

O Grupo Municipal do PS

(César Ferreira)



Doc 45

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

A cidade de Alfena vê-se confrontada com um enorme fluxo de trânsito, quer pelo aumento do tráfego comercial, quer pelo aumento populacional.

Actualmente existem duas saídas para a cidade, uma a oeste e outra a este.

Contudo, quer uma quer outra obrigam a atravessar a freguesia, provocando filas incomensuráveis e atrasos.

Entretanto, na via do Lombelho, via que liga Alfena a Valongo, pela Quinta da Lousa, existe uma ponte sobre a A41, cujos terrenos envoltos são da Ascendi.

Estaria prevista a construção de um nó rodoviário que nunca se concretizou.

Todavia, os acessos são fáceis de realizar, sendo que o preço dessa obra não será pesado para o erário público, relembramos que a ponte está feita, faltam somente os acessos.

A obra traria uma excelência de localização, rápido acesso pela A41 ao Lombelho e Costa, em Alfena, e rápido acesso à Quinta da Lousa em Valongo, trazendo uma nova centralidade à Escola Secundária de Alfena, que disso padece.

Acresce que evitaria as filas de trânsito e a grande deslocação de parte das populações das cidades de Alfena e Valongo, para o nó de Alfena.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova por _____ a seguinte Moção:

- Deve ser construído o nó do Lombelho, na cidade de Alfena.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo
- Infraestruturas de Portugal
- Ministério do Planeamento e Infraestruturas
- Todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República



Dor16

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

O Atlético Clube Alfenense e o CSPA são duas instituições de referência na promoção da actividade desportiva do concelho de Valongo.

Ao longo de décadas o investimento em instalações próprias traduziu-se em melhores condições para os atletas, com visíveis resultados desportivos.

A capacidade empreendedora destas duas instituições, levou a que o município deixasse de investir em equipamentos desportivos na freguesia de Alfena.

Assim e considerando os elevados custos com água, luz, gás e manutenção de equipamentos, suportados única e exclusivamente pelas instituições, a Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova por _____ a seguinte Moção:

Solicitar à Câmara Municipal de Valongo o reforço do apoio financeiro ao Atlético Clube Alfenense e ao CSPA.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

Agualdo de la Souza

A enviar a:

- Câmara Municipal de Valongo



JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

Doc 17

MOÇÃO

É reconhecido que Alfena tem tido um forte crescimento nos últimos anos. É hoje uma cidade com cerca de 18.000 habitantes e mais de 200 empresas aqui instaladas.

Esse crescimento traz necessariamente um novo conjunto de exigências e de necessidade de serviços públicos que as entidades públicas, nomeadamente o poder local tem que dar resposta.

É público e notório que a cidade de Alfena carece de infraestruturas que urge resolver.

Bem exemplo disso é a exiguidade das instalações do Edifício da Junta de Freguesia.

Há anos foi iniciado um processo de cedência de um espaço municipal na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, que no início do anterior mandato ficou em suspenso, na expectativa de que as negociações que a Câmara tinha encetado com os proprietários da Quinta do Bandeirinha permitissem a utilização do edifício da quinta como futuras instalações da Junta.

Tudo isso se gorou pelo que há cerca de 2 anos que a Junta pede a conclusão do processo de cedência. Várias vezes foi pedida reunião ao Sr. Presidente da Câmara para conclusão deste processo e até hoje nada.

Neste momento pedimos ao Município a conclusão do processo de cedência do espaço na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro bem como o apoio financeiro para a construção do respectivo edifício.

Numas freguesias compram-se estádios, nós aqui pedimos apoio para a construção do Edifício da Junta.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, propõe à Exma. Câmara:

- A conclusão rápida do processo de cedência do terreno para a construção do novo Edifício da Junta de Freguesia;

- A inclusão de verbas em futura revisão orçamental e em futuros orçamentos de verbas que possibilitem as construções do referido edifício.

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo



Doc 18

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

Como todos bem sabem a Junta de Freguesia de Alfena tem um papel muito activo na acção social, estando sempre próximo dos mais desfavorecidos, desenvolvendo múltiplas iniciativas tais como: gabinete de acção social, banco de horas, dispensa comunitária, loja social, apoio alimentar. Também as actividades com os seniores são várias em parceria com a Câmara: hidroginástica, ginástica, sala de convívio, canto, dança, informática, artes, inglês, etc.

Também o apoio à inserção profissional é uma preocupação constante através essencialmente do nosso gabinete de inserção profissional, com muitas acções de sensibilização e recrutamento.

Quase todas estas actividades se desenvolvem na Plataforma Solidária que é já extremamente exígua para o conjunto de serviços que desenvolvemos bem como para outros que queremos implementar, como seja o caso do aprofundamento da Economia Circular e a formação profissional.

Várias vezes já solicitamos à Câmara Municipal a cedência de algum espaço na Escola do Xisto que se encontra encerrada, o que sempre nos tem sido negada, mas nem por isso podemos desistir pois não queremos abdicar de projectos que são importantes para a população e para a sustentabilidade global.

A Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena aprova a seguinte moção:

- A cedência de 3 salas na Escola do Xisto para a realização de formação, do aprofundamento da Economia Circular bem como para arquivo da própria Junta de Freguesia que corre serio risco de degradação.

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo



Doc B

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

MOÇÃO

O Parque Vale do Leça é uma infraestrutura pública que em muito contribuirá não só para a criação de uma nova centralidade em Alfena bem como uma ampla zona de lazer.

O Parque Vale do Leça com cerca de 60.000 metros quadrados é um espaço público, que a Junta conseguiu negociar, uma propriedade que não é só de todos os Alfenenses, mas de todos os que o queiram utilizar. É um prazer imenso ver crianças, jovens e idosos em sã convivência no nosso Parque Vale do Leça.

A empreitada ainda agora começou e há muito, mesmo muito a fazer.

Desde o início de todo este processo a Junta de Freguesia diz que sozinha dificilmente conseguirá concretizar este sonho dos Alfenenses.

Ficamos pois espantados e preocupados quando a Câmara diz que não pode aqui investir porque não é propriedade municipal. Então o espaço não é público?

Urge pois que o bom senso impere e estes espaços como o Parque Vale do Leça ou São Lázaro sejam compreendidos como espaços públicos e onde é necessário investir, tal como se faz nas outras freguesias.

Admira este tipo de atitude porque noutras freguesias a Câmara investe mesmo que o terreno não seja municipal.

A população de Alfena precisa e merece que o Município realize e apoie o investimento em infraestruturas no Parque Vale do Leça, tal como:

- Parque Infantil;
- Skate Parque;
- Recuperação do Moinho do Cabo;
- Iluminação;
- Sanitários;

A Assembleia Municipal reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena aprova a seguinte moção:

- Que a Câmara Municipal realize investimento em infraestruturas no Parque Vale do Leça pois é um equipamento extremamente importante não só para a cidade de Alfena, mas para todo o concelho.

O Presidente da Junta de Freguesia

A enviar:

- Câmara Municipal de Valongo



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

Doc. 20

Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 132 anos dos acontecimentos de Chicago, uma acção pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida, com o assassinato de vários trabalhadores e a condenação à morte de dirigentes sindicais. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal este 1º de Maio de 2018 tem um significado especial. Estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários.

Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores, a brutal diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013), os cortes nos salários e a estagnação das carreiras impulsionadas pelas políticas da troika.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de consagrar as 35 horas como duração do trabalho semanal. É tempo de dinamizar a contratação coletiva.

O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da austeridade, enfrentando as orientações da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 27 de Abril de 2018 associando-se a este evento mundial, delibera:

– Saudar o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril.

A/O representante do BE

Recomendação

Lembrar Humberto Delgado em Valongo

Há 60 anos, a candidatura de Humberto Delgado fez tremer a ditadura salazarista.

Candidato da oposição às eleições presidenciais de 1958, lançou a sua campanha com a frase “Obviamente, demito-o”, afrontando directamente o ditador.

A sua coragem e determinação gerou um enorme entusiasmo popular e mobilizou centenas de milhares de portugueses, que o consagraram como um herói da resistência à tirania.

No mês de Maio de 1958 percorreu vários locais do norte do país, com manifestações de apoio popular nunca antes vistas.

Em 15 de maio desse ano, dia do seu 52º aniversário, Humberto Delgado, após ter visitado a Casa do Gaiato e no regresso ao Porto,, teve uma entusiástica recepção em Valongo, conforme refere nas suas memórias.

Como é sabido, nas eleições de 8 de Junho o regime fascista levou a cabo uma gigantesca fraude eleitoral. Posteriormente perseguido pela polícia política e ameaçado de prisão, Humberto Delgado foi, a mando de Salazar, brutalmente assassinado pela PIDE em 13 de Fevereiro de 1965.

Pelo exposto, e tendo em conta a importância de não apagar a memória dum dos mais significativos acontecimentos políticos ocorridos antes da manhã libertadora do 25 de Abril de 1974, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em -- 27- de Abril de 2018, Recomenda ao Executivo camarário que:

- **promova um evento comemorativo da passagem de Humberto Delgado pelo município em 15 de Maio de 1958.**

O representante do BE



RECOMENDAÇÃO

Requalificação e Modernização da Escola Básica Vallis Longus

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

Na sequência dos cinco projetos de resolução apresentados na Assembleia da República reivindicando a reabilitação e requalificação urgente da Escola Básica Vallis Longus, (BE – 02 de março, PSD – 03 de março, CDS – 15 de março, Os Verdes – 30 março e PCP – 2 de abril), e após a sua aprovação, com todas as forças políticas a votarem favoravelmente os 5 projetos de resolução, com exceção do PS, que se absteve em todos eles, importa agora que o Município assuma também as suas responsabilidades.

Este é já um processo antigo, que apesar de reportado às várias entidades responsáveis, com reconhecimento da justiça e legitimidade das reclamações, não teve, ainda, o melhor desfecho. Recorde-se que esta escola esteve já integrada num mapeamento de prioridade interventivas, com as obras de requalificação a estarem previstas em diário da república de 2009. Houve, portanto, um compromisso da Tutela. Incompreensivelmente, anos mais tarde, deixou de incluir o mapeamento, realizado pelo Ministério da Educação, para a aplicação de verbas comunitárias.

Portanto, se até aqui a responsabilidade poderia ser assacada ao PSD, agora, se as obras não avançarem até ao final da legislatura – AS OBRAS, não falamos de concursos, nem projetos- toda a responsabilidade recairá sobre o PS, a sua inércia ou falta de vontade, até porque obviamente município e governo têm uma linha de comunicação facilitada, conquanto integram a mesma força partidária.

A 12 de dezembro de 2016, o grupo municipal do PS, a propósito da Escola Secundária de Ermesinde, congratulava o executivo pela “originalidade de um processo que coloca o Município, em parceria com o Estado Central, a assumir compromissos em requalificações escolares”.

Está já mais do que na hora, de voltar a ser original. Pois que o sejam novamente, em nome de uma escola “esquecida” e em prol da população local

Escusamo-nos a elencar os problemas, uma vez que são sobejamente conhecidos por todos.

No entanto consideramos ser pertinente, acautelar que do projeto para a requalificação e modernização da Escola, conste não só o enunciado no Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda - que anexamos para conhecimento, e onde muitas das necessidades detetadas estão descritas - como acrescentamos as acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e o apetrechamento da escola com os equipamentos necessários e adequados, nomeadamente material informático e laboratorial, e criação de uma sala para desportos gímnicos, contígua ao pavilhão, aproveitando o amplo espaço de que a escola dispõe. E porque a escola não poderá aguardar pela propalada municipalização e desresponsabilização central, uma vez que compete ao Estado, garantir os meios para a requalificação do parque escolar, sem se escudar na dependência de fundos comunitários ou de futuras alterações administrativas.

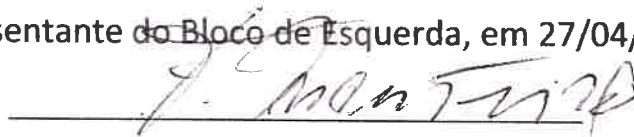
Recomenda-se a este executivo de maioria absoluta, que faça prova da sua intenção e da sua força política, oferecendo à sua população uma escola condigna.

Assim, A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2018, delibera recomendar ao Executivo Camarário, que:

- 1 – Pressione o governo a priorizar os projetos de resolução recém-aprovados;
- 2 – Diligencie com a tutela formas de financiamento, independentemente da abertura de fundos comunitários ou possível reestruturação administrativa, com a delegação de competências;
- 3 – Defina com o governo prazos e uma calendarização para avançar com o processo de obras de requalificação e modernização da escola;
- 4 – Recomenda-se uma requalificação de acordo com as necessidades identificadas;
- 5 – Dê conhecimento regular às forças políticas com assento nesta assembleia, de todo o processo que for desencadeado, assim como de negociações encetadas com o governo, no âmbito das propostas aqui apresentadas

Desta recomendação e respetiva votação deverá ser dado conhecimento à Direção, Conselho Geral e Associação de Pais, da Escola Básica Vallis Longus, assim como aos grupos parlamentares.

O representante do Bloco de Esquerda, em 27/04/2018



(Fernando Monteiro)



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1370/XIII/3ª

RECOMENDA AO GOVERNO A REQUALIFICAÇÃO URGENTE DA ESCOLA BÁSICA DE VALLIS LONGUS, EM VALONGO

A Escola Básica de Vallis Longus, em Valongo, é sede do Agrupamento de Escolas com a mesma designação.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda visitou recentemente esta escola e pode aquilatar as deploráveis condições de todo o seu edificado. A escola foi inaugurada em 1982 e nunca teve intervenções de fundo à exceção de obras de remoção de parte do fibrocimento dos telhados que estão atualmente a decorrer.

Na verdade, esta escola esteve para ser intervencionada / ampliada, tendo mesmo sido publicado em julho de 2009 no Diário da República n.º 145, Série II, de 29 de julho, o anúncio de procedimento n.º 3670/2009 com vista ao concurso limitado por prévia qualificação. No entanto, em fevereiro de 2010, numa reunião realizada na então Direção Regional da Educação do Norte (DREN), o diretor e o presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação foram informados, pelo então Diretor Regional Adjunto, que o referido concurso tinha sido anulado por falta de verbas.

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Vallis Longus, em reunião extraordinária deste órgão, datada de onze de outubro de dois mil e dezasseis, assumiu uma tomada de posição de total repúdio em relação ao abandono, indiferença e sucessivos adiamentos a que tem sido votado o projeto de requalificação das instalações da escola sede do agrupamento.

No referido documento, a que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve acesso, é listado um conjunto de deficiências da escola de que destacamos:

- Existirem aulas na sala dos professores e na cantina;
- Várias salas estarem divididas para o máximo aproveitamento dos espaços letivos;
- O Gabinete do psicólogo ser no corredor;
- Os pais e encarregados de educação serem atendidos nos mais diferentes espaços, uma vez que só existe um gabinete, fruto do aproveitamento de uma arrecadação;
- Não existirem laboratórios para aulas experimentais;
- Não existirem espaços abrigados para o recreio e de junto de algumas salas os alunos, nos dias de inverno, terem de aguardar pelas aulas à chuva;
- A Biblioteca necessitar do quádruplo do espaço;
- O bar dos alunos estar subdimensionado tendo no seu interior desnivelamentos;
- Não haver uma sala para os funcionários digna desse nome;
- Os gabinetes da direção necessitarem de obras e mobiliário que lhe confira dignidade;
- O piso estar degradado quer no exterior quer no interior dos pavilhões, fruto do desgaste intenso, natural de um estabelecimento de ensino;
- Parte significativa dos telhados serem de amianto (única deficiência que está em vias de ser corrigida com as obras de remoção em curso);
- As portas e caixilharia dos pavilhões serem de origem e estarem num estado avançado de degradação;

- Os campos de treinos terem um piso inadequado à prática do desporto e as marcações já não existirem;
- Os placards das salas para afixação dos trabalhos dos alunos necessitarem de total renovação;
- As casas de banho precisarem de ser reconstruídas e atualizadas nos materiais;
- O acesso à sala dos professores ser feito por uma escada em caracol;
- A rede elétrica estar sobrecarregada e necessitar de ser atualizada;
- A rede de água estar obsoleta e, mesmo sobre vigilância apertada, pontualmente, originar desperdícios gigantescos;
- O gradeamento da escola apresentar fragilidades;
- Não existir um espaço digno para reuniões quer de conselho pedagógico, do conselho geral ou reunião plenária de agrupamento.

Todas estas deficiências foram reportadas à extinta Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e, mais recentemente, à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) assim como à Câmara Municipal de Valongo.

Depois de tantas iniciativas junto das entidades com capacidade para resolver estes problemas, foi com consternação que verificaram não ter sido esta escola incluída no mapeamento realizado pelo Ministério da Educação para aplicação de verbas comunitárias através de acordos de cooperação com as autarquias.

Nas palavras do Conselho Geral *“No dia 2 de setembro de 2016 foi publicado na 2ª série do diário da república o despacho nº 10805/2016, referente à celebração de acordos de colaboração para intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, onde não está contemplada a Escola Básica de Vallis Longus. De imediato diligenciamos, primeiro junto do Vereador do Pelouro da Educação, Juventude e Desporto, da Câmara Municipal de Valongo, Dr. Orlando Rodrigues e depois junto do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Ribeiro, não obtendo qualquer resposta às nossas inquietações.*

A resposta ser-nos-ia dada apenas na reunião deste órgão, datada de 11 de outubro, pela voz do Dr. Orlando Rodrigues. Desta forma ficamos a conhecer que a Escola de Vallis Longus, não fazia parte do mapeamento aprovado em 2015 pela CCRN, sob proposta da DGestE, ficando deste modo arredada dos dinheiros comunitários do programa 2020”.

A Direção da escola, a pedido da DGestE, na pessoa da sua vice-diretora, em 2013, elaborou um dossier com as prioridades de intervenção para uma razoável requalificação da escola que se transcreve:

“1 - Criação de salas de aulas

Há a necessidade urgente de 15 salas (prevendo que deixam de existir as 3 existentes no pavilhão central) e 2 laboratórios.

*O cumprimento desta prioridade implica a construção de **um novo pavilhão e a intervenção de fundo nos pavilhões existentes.***

Devido à sobrelotação, a escola atingiu um patamar crítico no aproveitamento dos espaços tendo esgotado “a imaginação” e as soluções práticas. De momento decorrem atividades letivas em diferentes espaços adaptados como a cantina e a sala dos professores; a sala de madeiras e a sala de ardósia.

*De igual modo **não há** laboratórios para atividades experimentais; **não há** espaço para uma unidade de multideficiência do 2º e 3º ciclos e existe apenas uma sala de informática que resulta da adaptação de um espaço no pavilhão central.*

2 – Pavilhão Central

Este pavilhão concentra os diferentes serviços da escola mas é manifestamente incapaz de cumprir, de forma abrangente, os objetivos para o qual foi criado. Assim é necessário:

- *Ampliação e redefinição dos espaços para poder comportar bens e serviços de forma digna e funcional.*
- *Deslocar a biblioteca para um novo espaço criado de raiz uma vez que o atual é cinco vezes menor que ao pedido pela rede de bibliotecas;*

- Criar gabinetes de atendimento aos encarregados de educação, serviços de psicologia, reprografia, gabinete médico, papelaria (...)
- Ampliar o bar dos alunos e professores;
- Ampliar o refeitório e o polivalente;
- Redimensionar os gabinetes de trabalho da direção e criar uma sala de reunião/atendimento;
- Fazer WC's novos e reestruturar a sala dos professores;
- Criar um novo espaço de trabalho a partir do aproveitamento da área exterior contígua à atual sala dos professores;
- Prever um espaço de kitchenette e uma sala para funcionários.

3 - Os balneários do pavilhão gimnodesportivo estão em más condições e são muito reduzidos para o número de alunos que o utilizam à mesma hora.

4 - Repavimentação dos espaços exteriores, nomeadamente, do campo de jogos e do espaço envolvente do pavilhão central.

5 - Criação de um espaço exterior coberto que permita aos alunos ocupar os tempos livres em tempo de inverno."

É absolutamente necessário que o Ministério da Educação invista de forma séria na requalificação desta escola. A direção, os docentes, os alunos, as suas famílias, os trabalhadores não docentes, todos têm vindo a ver defraudadas as expetativas de requalificação da escola que lhe confira condições dignas de funcionamento.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Proceda à requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo, de acordo com o dossier apresentado há já cinco anos pela direção desta escola à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

2. Confira caráter de urgência a esta requalificação de modo a dotar esta escola dos espaços e equipamentos imprescindíveis a um ensino de qualidade no mínimo espaço de tempo possível.

Assembleia da República, 2 de março de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,



Bloco
de Esquerda

Assembleia Municipal De Valongo

Doc 23

Voto de Pesar

No passado dia 14 de Março, na região central do Rio de Janeiro, foi morta a Vereadora Marielle Franco, atingida por quatro tiros disparados dum carro que se aproximou da viatura em que seguia com o motorista Anderson Gomes e a sua assessora Fernanda Chaves.

Marielle Franco era mulher. Era negra. Era oriunda de uma favela. Era socióloga, fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense. Era mãe. Era lésbica. Marielle Franco coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Era defensora dos direitos humanos desde que perdera uma amiga apanhada num tiroteio na favela Complexo da Maré. E denunciava o racismo e os abusos da Polícia de uma das cidades mais violentas do Mundo.

Marielle Franco era uma ativista sem papas na língua, eleita nas listas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Era a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão em 27 de Abril de 2018, delibera:

-aprovar um voto de pesar pela morte de Marielle Franco, vereadora no Rio de Janeiro e exprimir a mais firme condenação deste crime hediondo

Assembleia Municipal de Valongo, 27 de Abril de 2018

(Fernando Monteiro)

Enviar:

-Município do Rio de Janeiro

-Embaixada do Brasil em Portugal



Doc 24

JUNTA DE FREGUESIA DE ALFENA

VOTO DE CONGRATULAÇÕES

Iniciou-se no passado dia vinte e três de abril a construção da nova unidade de saúde de Alfena.

É com enorme regozijo que assinalamos a concretização deste anseio dos alfenenses, que durava há mais de trinta anos.

Foi em dois mil e seis, que a Junta de Freguesia de Alfena afirmou perante a ARS Norte, a necessidade de construir um novo edifício, em Alfena, contrariando a decisão de transferir este serviço de saúde para Ermesinde (Bela).

Foi um longo percurso marcado pela persistência dos alfenenses, com avanços e recuos, mas com o resultado que todos ambicionávamos.

Assim, propomos e a Assembleia Municipal de Valongo reunida a 27.04.2018, na cidade de Alfena, aprova, este Voto de Congratulações por _____.

Alfena, 27 de Abril de 2018

O Presidente da Junta de Freguesia

Agueda Antónia Soares